

MUNICÍPIO DE ARAPIRACA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2022

O MUNICÍPIO DE ARAPIRACA, com a intervenção da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela Portaria nº 1.095/2022, torna público o presente Edital de Chamamento Público para Credenciamento, que regulamenta a seleção de pessoas físicas para exploração, mediante a autorização da Prefeitura Municipal de Arapiraca, da prestação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros em motocicletas – MOTOTÁXI, neste Município. O período de Credenciamento será de 30 (trinta) dias corridos, compreendendo o período de 13/10/2022 até 11/11/2022, em dias úteis, no horário das 8h00min às 14h00min, sendo que os proponentes deverão apresentar a documentação discriminada no item 12 do Edital na sede da Comissão Permanente de Licitação, localizada no Centro Administrativo Antônio Rocha, na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges, Arapiraca, Alagoas, CEP: 57.311-180. O Edital com os dados completos encontra-se disponível aos interessados no endereço eletrônico: <https://web.arapiraca.al.gov.br/>.

Arapiraca – AL, 10 de outubro de 2022.

Tiago de Almeida Silva – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURAS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL PARA LIMPEZA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO – COM PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA EMPRESAS ME/EPP SEDIADAS LOCAL E REGIONALMENTE.

ABERTURA: 25 de OUTUBRO de 2022, às 09h30min (horário local).

INFORMAÇÕES: informações disponíveis no gabinete municipal, localizada na Rua Moreira Lima, 13, Centro, Anadia – AL, de segunda a sexta das 9h às 14h. E-mail: cpl.anadia@gmail.com, edital disponível no site: <http://www.anadia.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao> ou <http://bncompras.cloudapp.net/#/Home>

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022

PARA REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA.

ABERTURA: 28 de OUTUBRO de 2022, às 09h30min (horário local).

INFORMAÇÕES: informações disponíveis no gabinete municipal, localizada na Rua Moreira Lima, 13, Centro, Anadia – AL, de segunda a sexta das 9h às 14h. E-mail: cpl.anadia@gmail.com, edital disponível no site: <http://www.anadia.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao> ou <http://bncompras.cloudapp.net/#/Home>

Anadia/AL, 10 de OUTUBRO de 2022

REGINALDO DA CRUZ VASCONCELOS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

AVISO DE LICITAÇÃO – Modalidade: Tomada De Preços nº 12/2022 tipo: menor preço

Data e Hora: 28 de outubro de 2022 às 09h:00m, objeto: Contratação de Empresa Especializada Para Execução das Obras e Serviços Para Melhoria de Habitações de Interesse Social-51 Casas + Vila dos Pescadores no Povoado Pedras, no Município de Marechal Deodoro/AL. Local: Sala da Comissão Permanente de Licitação, Loteamento Cidade Imperial, Qd-A, Lote-07, Povoado Pedras Marechal Deodoro/AL.Os interessados poderão ter acesso ao Edital, no site oficial da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e seus anexos na sala da

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CPL/AL

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO

CONCORRÊNCIA Nº 06/2022 - TI - CPL/AL

PROCESSO ADMINISTRATIVO E: 01800.0000009850/2021

A Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas - CPL/AL, devidamente designada pelo Decreto nº 76.841 de 6 de janeiro de 2022, na conformidade do Decreto nº 37.984 de 28 de janeiro de 1999, torna público o Resultado do Julgamento do Recurso Administrativo impetrado pela licitante Vegas Construção Civil e Locações Ltda. - EPP contra o Resultado de Julgamento das Propostas de Preços, referentes à Concorrência supracitada, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na construção de 04 (quatro) escolas do tipo 06 salas com quadra, em Comunidades Indígenas. Da análise do Recurso à vista das normas estabelecidas no ato convocatório, como também nos pareceres técnicos e jurídicos, a Primeira Turma da CPL/AL julgou totalmente improcedente os termos do Recurso Administrativo apresentado pela empresa Vegas Construção Civil e Locações Ltda. - EPP, mantendo a decisão que classificou a empresa Plataforma Engenharia Ltda., pois a mesma cumpriu todos os requisitos do edital de licitações, conforme Julgamento SEINFRA CPL TI (Documento SEI 14730006). Todas as decisões foram ratificadas pela autoridade superior - SEDUC/AL, conforme Despacho SEDUC SUETI (Documento SEI 14827348) e Despacho SEDUC CHGAB (Documento SEI 14873983). Os autos e o Relatório do Julgamento pela Comissão encontram-se à disposição das empresas interessadas no portal SEI/AL e na CPL/AL, na sede da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA/AL.

Maceió/AL, em 10 de outubro de 2022.

Cristiano Robério Araújo Medeiros

PRESIDENTE DA CPL/AL

JORNAL

TRIBUNA
INDEPENDENTE

Portal
TRIBUNAHOJE.com

PUBLICIDADE LEGAL É COM A GENTE.

Solicite seu orçamento pelo e-mail:
comercial.tribunaindependente@gmail.com

Único jornal Standard de circulação diária no Estado de Alagoas

ESTADO DE ALAGOAS

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CPL/AL

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO

CONCORRÊNCIA Nº 05/2022 - TI - CPL/AL

PROCESSO ADMINISTRATIVO E: 01800.0000009847/2021

A Comissão Permanente de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia do Estado de Alagoas - CPL/AL, devidamente designada pelo Decreto nº 76.841 de 6 de janeiro de 2022, na conformidade do Decreto nº 37.984 de 28 de janeiro de 1999, torna público o Resultado do Julgamento do Recurso Administrativo impetrado pela licitante Construtora Tambau Ltda. - EPP contra o Resultado de Julgamento das Propostas de Preços, referentes à Concorrência supracitada, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na construção de 08 (oito) escolas do tipo 04 salas com quadra, em Comunidades Indígenas. Da análise do Recurso à vista das normas estabelecidas no ato convocatório, como também nos pareceres técnicos e jurídicos, a Primeira Turma da CPL/AL julgou totalmente improcedente os termos do Recurso Administrativo apresentado pela Construtora Tambau Ltda. - EPP, mantendo a decisão que a desclassificou dos Lotes 01 e 02, tendo estes lotes sido considerados fracassados, conforme Julgamento SEINFRA SLCOSE (Documento SEI 14842286). Todas as decisões foram ratificadas pela autoridade superior - SEDUC/AL, conforme Despacho SEDUC SUETI (Documento SEI 14883669) e Despacho SEDUC CHGAB (Documento SEI 14903238). Os autos e o Relatório do Julgamento pela Comissão encontram-se à disposição das empresas interessadas no portal SEI/AL e na CPL/AL, na sede da Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA/AL.

Maceió/AL, em 10 de outubro de 2022.

Cristiano Robério Araújo Medeiros

PRESIDENTE DA CPL/AL

FSF TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 05.680.391/0001-56
NIRE Nº 2730026687

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 4 de outubro de 2022, às 15:30 horas, por meio de videoconferência.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENCIA: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da FSF Tecnologia S.A. (“Companhia”).

3. MESA: A reunião foi presidida pelo Sr. Felipe Calheiros Cansanção e secretariada pela Sra. Ana Carolina Feliciano Kotoviz Pirmex.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:

(i) baseada na deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de outubro de 2022, a realização, pela Companhia, da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476” e “Oferta Restrita”, respectivamente);

(ii) a ratificação da deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de outubro de 2022 acerca da constituição, pela Companhia, de garantia real aos titulares das Debêntures (“Debenturistas”), representados pelo agente fiduciário (“Agente Fiduciário”), que consistirá nas Garantias Reais (conforme definidas abaixo);

(iii) a autorização para que a diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores, tome todas as medidas e pratique todos os atos necessários para efetivar a Emissão, a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária, e celebre todos os documentos e seus eventuais aditamentos necessários ou convenientes à matéria acima, incluindo, sem limitação, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da FSF Tecnologia S.A.” (“Escritura de Emissão”), o “Instrumento de Alienação Fiduciária de Bens” (“Contrato de Alienação Fiduciária”), o “Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças” (“Contrato de Cessão Fiduciária”, e, conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, os “Contratos de Garantia”), e o “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, da Primeira Emissão da FSF Tecnologia S.A.” (“Contrato de Distribuição”), bem como contrate todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta Restrita; e

(iv) a ratificação de todos os atos já praticados para a realização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como para a constituição das Garantias Reais, em consonância com as deliberações acima.

5. DELIBERAÇÕES: Após debate sobre as matérias da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes:

(i) Emissão de Debêntures: Baseada na deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de outubro de 2022, aprovar a realização da Emissão e da Oferta Restrita, nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, com as seguintes características e condições principais:

(a) Número da Emissão: a Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia;

(b) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única;

(c) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 4 de outubro de 2022 (“Data de Emissão”);

(d) Data de Início da Rentabilidade: para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a primeira Data de Integralização (conforme definido abaixo) das Debêntures (“Data de Início da Rentabilidade”);

(e) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”);

(f) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos com a Emissão serão utilizados, na seguinte ordem, para: (i) quitação de operações financeiras da Companhia, conforme listadas na Escritura de Emissão, para alongamento do perfil do passivo da Companhia, no valor de, aproximadamente, R\$76.000.000,00 (setenta e seis milhões de reais); (ii) reforço de caixa para realização de investimentos; e, caso exista saldo remanescente, (iii) propósitos corporativos gerais, incluindo a complementação do valor necessário para constituição da Cessão Fiduciária de Títulos de Capitalização (conforme definido abaixo);

(g) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, nº 48, 7º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 09.346.601/0001-25 (“B3”); e (ii) negociação, observado o disposto na Escritura de Emissão, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3;

(h) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido na Escritura de Emissão) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures;

(i) Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, a ser prestada por instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), sendo a instituição financeira intermediária líder denominada “Coordenador Líder” nos termos do Contrato de Distribuição;

(j) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia;

(k) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional;

(l) Prazo e Data de Vencimento: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 4 de outubro de 2028 (“Data de Vencimento”);

(m) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”);

(n) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures;

(o) Preço de Subscrição e Integralização: as Debêntures serão subscritas e

integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Início da Rentabilidade, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização (respectivamente “Preço de Subscrição” e “Data de Integralização”);

(p) Atualização Monetária das Debêntures: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente;

(q) Remuneração das Debêntures: sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de *spread* (sobretaxa) de 4,52% (quatro inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive), até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, data de pagamento decorrente de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplimento (conforme abaixo definido), ou na data de um eventual resgate antecipado, nos termos dessa Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro, exclusive. A Remuneração deverá ser calculada conforme fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão;

(r) Pagamento da Remuneração das Debêntures: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou de resgate antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 4 de janeiro de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 4 (quatro) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, até a Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures”);

(s) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário: o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 17 (dezessete) parcelas trimestrais, devidas sempre no dia 4 (quatro) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 4 de outubro de 2024, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, conforme datas e percentuais a serem dispostos na Escritura de Emissão (cada uma, uma “Data de Amortização das Debêntures”);

(t) Local de Pagamento: os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3;

(u) Prorrogação dos Prazos: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com o dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ou na cidade de Maceió, estado do Alagoas, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3. Para fins da Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária que seja realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

(v) Encargos Moratórios: sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo imputabilidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou intelecção judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois inteiros por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um inteiro por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”);

(w) Garantias Reais: em garantia ao fiel e pontual adimplemento integral do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos da Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na constituição, formalização e/ou execução das garantias previstas na Escritura de Emissão relativas às Debêntures (“Obrigações Garantidas”), ser constituída, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada (“Lei 4.728”), com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada (“Lei 10.931”), e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), bem como das demais disposições legais aplicáveis, (i) alienação fiduciária dos equipamentos de rede de transmissão de propriedade da Companhia, em montante equivalente nesta data ao Valor Total da Emissão, sendo que parte dos equipamentos de rede de transmissão de propriedade da Companhia serão onerados sob condição suspensiva, conforme disposto no Contrato de Alienação Fiduciária (“Alienação Fiduciária”); e (ii) cessão fiduciária, sob Condições Suspensivas (conforme definida no Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, (1) dos direitos creditórios de determinados contratos realizados e/ou a performar de prestação de serviços pela Companhia (“Cessão Fiduciária de Contratos”), sendo que parte dos direitos creditórios dos referidos contratos serão onerados sob condição suspensiva, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária; (2) de contas vinculadas de titularidade da Companhia na qual transitará o fluxo decorrente da Cessão Fiduciária de Contratos ou de outros contratos de prestação de serviços pela Companhia, com fluxo mínimo mensal no valor de R\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais) e serão depositadas os títulos de capitalização (“Cessão Fiduciária de Conta Vinculada” e “Contas Vinculadas”); e (3) de aplicações em títulos de capitalização em valor correspondente a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do Valor Total da Emissão, líquidos de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, na data de sua realização, ou a, pelo menos, 5% (cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, líquidos de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, até a integralização das Obrigações Garantidas (“Cessão Fiduciária de Títulos de Capitalização”, e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Contratos e a Cessão Fiduciária de Conta Vinculada, a “Cessão Fiduciária”. A Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária quando denominadas em conjunto, as “Garantias Reais”) até a liquidação integral das Obrigações Garantidas. Os mecanismos de movimentação, transferência e bloqueio da Conta Vinculada serão formalizados por meio da celebração de um “Contrato de Depósito”, entre a Companhia, o Agente Fiduciário e instituição financeira autorizada a exercer tal função (“Contratos de Depósito”) e por meio do Contrato de Cessão Fiduciária. Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária encontram-se previstos nos Contratos de Cessão Fiduciária e, conforme aplicável, nos Contratos de Depósito.

(x) Garantia Fidejussória: Em garantia do integral, fiel e pontual cumprimento e pagamento das Obrigações Garantidas, o Sr. Felipe Calheiros Cansanção e o Sr. Sérgio Ferreira de Brito (em conjunto, os “Fiadores”) prestarão fiança (“Fiança” e, em conjunto com as Garantias Reais, as “Garantias”) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, ou seus sucessores oucessionários a qualquer título, e em caráter irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, coobrigados e solidariamente responsáveis com a Companhia, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, pelo integral, fiel e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas pelo prazo previsto na Escritura de Emissão, com a renúncia expressa pelos Fiadores a todo e qualquer benefício de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 822, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada;

(y) Resgate Antecipado Facultativo Total: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 4 de outubro de 2024, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, mais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Valor do Resgate Facultativo”), e (iii) de prêmio flat correspondente aos percentuais a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, incidentes sobre os itens (i) e (ii). O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser realizado conforme os procedimentos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão;

(z) Amortização Extraordinária: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 4 de outubro de 2024, inclusive, realizar a amortização extraordinária parcial facultativa das Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa”), limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Companhia será equivalente à (i) parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem amortizadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Extraordinária Facultativa (“Valor da Amortização Extraordinária Facultativa”), e (iii) de prêmio flat correspondente aos percentuais a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, incidente sobre os itens (i) e (ii) acima, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento das Debêntures. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser realizada conforme os procedimentos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão;

(aa) Oferta de Resgate Antecipado: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, que deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, de modo a assegurar que todos os Debenturistas obtenham igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma estabelecida na Escritura de Emissão;

(bb) Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as regras estabelecidas na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2002 (“Resolução CVM 77”), devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta cláusula poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures;

(cc) Resgate Antecipado Obrigatório: No prazo de até 30 (trinta) dias contados da não aprovação da alteração do Controle (conforme definido na Escritura de Emissão) da Companhia pelos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, a Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures detidas pelos Debenturistas que não aprovarem a referida alteração de Controle (“Resgate Antecipado Obrigatório”). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem resgatadas, acrescido (ii) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, mais encargos devidos e não pagos até a data do efetivo Resgate Antecipado Obrigatório. O Resgate Antecipado Obrigatório deverá ser realizado conforme os procedimentos, termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão;

(dd) Vencimento Antecipado: o Agente Fiduciário deverá, automaticamente, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à Companhia e/ou aos Fiadores, tampouco de realização de assembleia geral de debenturistas, declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia e/ou dos Fiadores referentes às Debêntures, exigindo o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e ou pelos Fiadores nos termos da Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma hipóteses listadas na Escritura de Emissão (“Eventos de Vencimento Antecipado Automático”). O Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver tomado ciência de quaisquer dos eventos listados na Escritura de Emissão, e observados os respectivos prazos de cura, para deliberar a respeito da eventual não declaração do vencimento antecipado das obrigações da Companhia referentes às Debêntures, sendo que, uma vez declarado o vencimento antecipado, exigirá da Companhia e/ou dos Fiadores o imediato pagamento do Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão, na ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado Não Automáticos” e, conjunto com os Eventos de Vencimento Antecipado Automático, os “Eventos de Inadimplimento”); e

(ee) Demais Características: as demais características das Debêntures serão especificadas na Escritura de Emissão.

(ii) Ratificar a Constituição das Garantias Reais: Ratificar a deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 4 de outubro de 2022 acerca da constituição, pela Companhia, de garantia real aos Debenturistas, nos termos e condições a serem previstos nos Contratos de Garantia;

(iii) Autorização para a prática dos atos necessários: Autorizar os membros da diretoria da Companhia a, diretamente ou por meio de procuradores, tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários à efetivação da Emissão e à constituição das Garantias Reais, incluindo a contratação de todos os prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta Restrita, e a celebrarem todos os documentos e seus eventuais aditamentos necessários ou convenientes às deliberações acima, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição, e seus eventuais respectivos aditamentos; e

(iv) Ratificação dos atos já praticados: Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia para a realização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como para a constituição das Garantias Reais, em consonância com as deliberações acima.

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou esta ata em formato de sumário que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes, a saber: Mesa: Felipe Calheiros Cansanção, como Presidente, e Ana Carolina Feliciano Kotoviz Pirmex, como secretária. Presentes os acionistas da Companhia: OX Capital S.A. (representada por Felipe Calheiros Cansanção), Pangaea Two Acquisition Holdings XVIII, LLC (representada por Geoffrey L. Hamlin) e Pangaea Two Acquisition Holdings XIX, LLC (representada por Paul G. Pizzani). Fica autorizada a publicação da presente ata com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, §2º, da Lei n.6.404/76.

Mesa:

FELIPE CALHEIROS CANSANÇÃO
Presidente

ANA CAROLINA FELICIANO KOTOVIZ PIRMEZ
Secretária

A presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Ata de Assembleia Geral da Companhia.

Maceió, 4 de outubro de 2022.